

## A transformação do mercado petrolífero: novos actores e oleodutos

Gina Soares ■ IEEI

O petróleo tem sido um recurso fundamental para o crescimento económico dos Estados e um factor condicionante na formulação e execução da sua política externa. A sua importância política e estratégica revelou-se a partir dos embargos dos anos 70 e acentua-se actualmente perante o aumento da procura e os riscos da sustentabilidade da oferta que intensificam a competição entre os Estados pelo acesso e controlo dos pontos de produção e rotas de transacção.

A transformação do mercado energético reflecte, antes de mais, a emergência de novos actores no sistema internacional. Durante a última década, o forte crescimento económico da China e da Índia e a inerente alteração dos seus padrões de consumo determinaram o aumento da procura mundial de petróleo. Em 2007, a média da procura mundial de petróleo foi de 85.2 milhões de barris por dia (mb/d)<sup>1</sup>. A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que em 2030 se alcancem os 116 mb/d, sendo que 42% deste aumento resultará do consumo da China e da Índia, particularmente no sector dos transportes. A China, que é actualmente o segundo maior consumidor mundial de petróleo com 7.86 mb/d, importará em 2030 cerca de 13.1 mb/d, enquanto a Índia, apesar de utilizar o carvão como principal fonte energética, registará um aumento de 2.7 mb/d para 6 mb/d, ultrapassando assim o Japão como terceiro maior consumidor mundial<sup>2</sup>.

O crescimento da procura tem levantado receios quanto à capacidade de resposta da oferta, particularmente se tivermos em conta a actual discussão sobre o «pico do petróleo». Analisando as estatísticas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), conclui-se que nos últimos seis anos a produção mundial de petróleo tem aumentado, mas a um ritmo decrescente, ou seja, cada aumento anual é inferior comparativamente ao seu antecedente. Enquanto a Arábia Saudita se recusa a aumentar substancialmente a sua capacidade de produção, a Rússia registou, em Abril de 2008, a primeira quebra produtiva em dez anos, o que fez aumentar a ansiedade internacional em torno do abastecimento. Perante a conjuntura, reavivou-se a teoria do «pico do petróleo» baseada no modelo explicativo de Marion Hubbert, um geólogo da Shell que, nos anos 50, sustentou que a produção petrolífera, após crescer rapidamente, atinge um ponto máximo equivalente à exploração de metade das reservas disponíveis e, a partir daí, regride progressivamente. Independentemente da validade da teoria, é consensual que a era do petróleo fácil e barato está a chegar ao fim.

A acrescentar à estagnação e redução do nível das reservas conhecidas, o número de descobertas de novos blocos de exploração tem sido igualmente diminuto. Nos últimos vinte anos, as maiores descobertas ocorreram no Cazaquistão em 2000 com o bloco Kashagan e na Bacia de Santos, Brasil, em 2007 com o bloco Tupi.

<sup>1</sup> British Petroleum (2008), *Statistical Review of World Energy 2007*, p. 11.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem.*

Entretanto, outras reservas foram também encontradas no Sudão, na Nigéria, no Gana e no Mar Cáspio, embora nenhuma delas, nem mesmo a de Kashagan ou de Tupi, possa ser equiparada, em termos de capacidade, aos grandes campos descobertos nas décadas de 50 e 70 e de onde ainda provém o grosso da produção mundial. A diminuição da capacidade destes blocos e a previsão de que o preço do petróleo irá continuar a aumentar justificam a sua exploração em águas ultra-profundas. Nestes reservatórios, como é o caso de Tupi, o petróleo é mais espesso e pesado, o que complexifica os processos de extracção e refinação. No entanto, o aumento do valor de mercado do petróleo tem impulsionado o desenvolvimento de novas tecnologias de exploração nas quais a Petrobras é actualmente líder mundial.

Desde o início de 2008 que o preço do petróleo tem vindo a atingir sucessivos máximos históricos, ultrapassando em Junho os 143 dólares por barril. A explicação deste aumento gradual assenta em quatro factores principais. Em primeiro lugar, a procura crescente dos países consumidores, em particular da China e de outros países emergentes, acentua a forte pressão que já existe sobre as capacidades de refinação. Em segundo lugar, os preços relativamente reduzidos do petróleo nas décadas de 80 e 90 não estimularam o investimento em novas tecnologias e na cadeia de produção e, conseqüentemente, as refinarias têm dificuldade em responder a este aumento da procura. Por outro lado, parece cada vez mais adquirido que as fontes de petróleo barato (normalmente perto da superfície e de boa qualidade) já atingiram ou estarão perto de atingir o «pico do petróleo», o que aponta para o aumento dos custos de exploração de petróleos mais caros e/ou de menor qualidade (*off-shore*, lamas petrolíferas). Um quarto factor tem a ver com o facto de os grandes fundos internacionais (fundos soberanos e fundos de pensões) terem começado a fazer aplicações no mercado de *commodities*, incluindo o petróleo, o que, em conjugação com outros investidores bolsistas que têm vindo a apostar neste tipo de mercado, origina uma pressão especulativa sobre os preços actuais do petróleo. Finalmente, a insegurança e a instabilidade política que se registam em vários países produtores constituem factores agravantes do preço do

crude e impulsionam os países consumidores a diversificarem a origem geográfica das suas importações, minimizando assim os efeitos de possíveis cortes no abastecimento.

Para além da emergência de novos actores que modificam os centros de produção e consumo, o actual panorama energético caracteriza-se também pelo reforço da componente política e estratégica e por uma vulnerabilidade crescente resultante da interdependência associada ao processo de globalização. A segurança energética tornou-se uma prioridade nacional para a maioria dos Estados, servindo não só objectivos económicos, mas também políticos e estratégicos. Tal como explica Daniel Yergin, Presidente da Cambridge Energy Research Associates, o conceito de segurança energética pode assumir diferentes significados.<sup>3</sup>

Nos países produtores está essencialmente associado à necessidade de garantir a procura das suas exportações, visto que as receitas petrolíferas desempenham um papel fundamental na balança de pagamentos e na manutenção da estabilidade interna. A centralidade do petróleo na economia e na política, associada ao aumento da sua importância estratégica a nível internacional, deram origem ao reforço do nacionalismo sobre este recurso. A grande maioria das nacionalizações de companhias petrolíferas ocorreu durante os anos 70 e, actualmente, estas detêm cerca de 90% da produção mundial, o que, para alguns analistas, põe em causa o aumento da capacidade de produção, uma vez que obstam a entrada de investimento e de novas tecnologias por parte de companhias estrangeiras.

Para os países consumidores, a segurança energética consiste em garantir a disponibilidade de recursos suficientes para satisfazer a sua procura interna. Apesar da OPEP e da AIE garantirem que as reservas existentes são suficientes para satisfazer as exigências energéticas das próximas décadas, o agravamento da dependência em relação ao petróleo e da interdependência entre os seus actores despoletaram a competição pelo acesso e controlo das zonas de produção e dos corredores de transporte.

---

<sup>3</sup> Yergin, Daniel (2006), "Ensuring Energy Security", *Foreign Affairs*, Vol. 85, Nº 2, pp. 69-82.

A acção dos países consumidores é guiada por dois objectivos principais: a sustentação do crescimento económico assente no consumo de recursos fósseis e a consequente expansão da sua influência internacional. Na actualidade, a estratégia da diversificação geográfica já não passa apenas pelo recurso a diferentes produtores, mas inclui também a presença directa na exploração e produção de petróleo, seja através da execução de novas rotas de distribuição, da participação accionista em companhias petrolíferas estrangeiras ou da utilização de meios militares.

### Novos actores e oleodutos

A competição pelo aprovisionamento de petróleo é actualmente mais fraccionada, aguerrida e complexa, ou seja, envolve um número maior de actores, atravessa a segmentação entre países produtores e consumidores e contribui para a expansão da rede mundial de oleodutos.

O Golfo Pérsico e as suas áreas costeiras continuam a ser o principal reservatório mundial de petróleo, com destaque para a Arábia Saudita que detém actualmente cerca de 21,3% das reservas mundiais, o que equivale a 264.2 mil milhões de barris<sup>4</sup>.

País	Produção (milhões de barris por dia/% mundial)	Consumo (milhões de barris por dia/% mundial)	Reservas (mil milhões de barris/% mundial)
Angola	1.723 / 2.2%		9 / 0.7%
Arábia Saudita	10.413 / 13%	2.154 / 2.5%	264.2 / 21.3%
Argélia	2.000 / 2.4%	0.270 / 0.3%	12.3 / 1%
Brasil	1.833 / 2.3%	2.192 / 2.6%	12.6 / 1%
Canadá	3.309 / 4.1%	2.303 / 2.7%	27.7 / 2.2%
Cazaquistão	1.490 / 1.8%	0.219 / 0.3%	39.8 / 3.2%
China	3.743 / 4.8%	7.855 / 9.3%	15.5 / 1.3%
EUA	6.879 / 8%	20.698 / 23.9%	29.4 / 2.4%
Índia	0.801 / 1%	2.748 / 3.3%	5.5 / 0.4%
Irão	4.401 / 5.4%	1.621 / 1.9%	138.4 / 11.2%
Iraque	2.145 / 2.7%		115 / 9.3%
Libia	1.848 / 2.2%		41.5 / 3.3%
Japão		5.051 / 5.8%	
Nigéria	2.356 / 2.9%		36.2 / 2.9%
Rússia	9.978 / 12.6%	2.699 / 3.2%	79.4 / 6.4%
Sudão	0.457 / 0.6%		6.6 / 0.5%
Venezuela	2.613 / 3.4%	0.596 / 0.7%	87 / 7%

### Quadro 1. Dados de 2007

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, [www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622](http://www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622).

O petróleo é transportado para os Estados Unidos, Europa Ocidental, China e Japão através do estreito de Hormuz, um dos principais pontos estratégicos do mundo que liga o Golfo Pérsico ao Mar Árabe. Basta lembrar o embargo resultante da guerra de Yon Kipour em 1973 e a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 para anuir que o petróleo tem sido um elemento determinante na conflitualidade da região. Actualmente, as atenções centram-se no Iraque e no Irão. Ao invadir o Iraque em 2003, os Estados Unidos utilizaram os seus meios militares para impor uma presença directa e garantir o acesso ao petróleo num país que detém a terceira maior reserva do mundo (115 mil milhões de barris)<sup>5</sup>.

Os conflitos e as sanções internacionais deterioraram as infra-estruturas petrolíferas do Iraque, mas o principal oleoduto continua a ser o de Kirkuk, situado no norte do país, e que se estende até ao porto turco de Ceyhan. Esta região detém quase 50% das reservas de petróleo do Iraque, mas as tensões étnicas em torno da criação de um Estado do Curdistão têm impedido a rentabilização da produção. O Irão é um actor incontornável no mercado energético, não só por ser o quarto maior produtor mundial (4.4 mb/d)<sup>6</sup> e o segundo em termos de reservas (138.4 mil milhões de barris)<sup>7</sup>, mas também porque ocupa uma importante posição estratégica no Mar Cáspio, a par do Golfo Pérsico. Em Junho deste ano, o governo iraniano anunciou que pretende construir um oleoduto que atravessasse todo o seu território, desde o porto de Neka, no nordeste do Mar Cáspio, ao porto de Jask, no Golfo de Oman. O desenvolvimento deste projecto, e de outros congéneres que incluem a construção de refinarias, contribuem para alimentar a ambição regional do Irão e consolidar a sua importância estratégica, não só através da produção interna, mas principalmente como rota de escoamento do petróleo proveniente do Mar Cáspio e dos países da Ásia Central. Para o Irão, o cumprimento deste objectivo torna-se ainda mais premente perante a presença dos EUA na região e o crescente isolamento internacional provocado pelo desenvolvimento do seu programa nuclear.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>6</sup> *Idem, p. 8.*

<sup>7</sup> *Idem, p. 6*

<sup>4</sup> British Petroleum, *op. cit.*, p. 6.

De facto, a resposta norte-americana aos atentados do 11 de Setembro dirigiu a atenção internacional para a região da Ásia Central e contribuiu para a afirmação de novos actores na indústria petrolífera. A Ásia Central, pelo seu posicionamento, foi sempre uma região atractiva para projectos expansionistas, tornando-se o centro de análise de várias teorias geopolíticas.

Na actualidade, esta região espelha a estrutura de poder mundial marcada por contenções múltiplas onde se articulam elementos de cooperação e de rivalidade estratégica que reavivam o debate sobre o desenvolvimento de um novo «grande jogo»<sup>8</sup>. Em termos geoestratégicos, a Ásia Central é uma zona de passagem fundamental para as rotas de escoamento do Mar Cáspio que detém importantes reservas de petróleo em progressão (entre 20 a 49 mil milhões de barris)<sup>9</sup>. Vários analistas classificam a rota dos hidrocarbonetos como uma nova versão da rota da seda que liga o ocidente mediterrânico ao leste asiático, suscitando disputas pelo traçado dos oleodutos. Devido à interioridade da Ásia Central, os oleodutos são a principal forma de transportar o petróleo e, quem os controlar, tem uma influência decisiva sobre a política regional. Por conseguinte, a competição pelo petróleo na Ásia Central é também uma competição entre as principais potências internacionais pelo preenchimento do vazio estratégico deixado pelo desmantelamento da União Soviética após a Guerra Fria.

A maioria dos oleodutos da região está sob a direcção de companhias russas, o que tem conduzido ao aparecimento de novos projectos que visam contornar a influência de Moscovo. De facto, para a Rússia, a Ásia Central é um espaço tradicional de afirmação e, com a tecnocracia energética implementada por Putin, o petróleo e o gás

natural transformaram-se nas principais fontes de poder económico e de projecção de influência. A indústria petrolífera da Rússia começou a recuperar a partir de 2000 e assume-se hoje como a principal competidora da Arábia Saudita detendo 12,6% da produção mundial, o que equivale a 9.98 mb/d (2007)<sup>10</sup>. O maior oleoduto do mundo – Druzhba – parte de Almeteyevsk, na Rússia, e estende-se por cerca de 4 000 km através dos países da Europa de leste, constituindo a principal artéria de transporte do petróleo russo para ocidente. No Cáspio, vários oleodutos incluem também a participação russa, sendo o mais importante o oleoduto que liga o porto de Tengiz, no Cazaquistão, ao terminal de Novorossiysk, na costa da Rússia. Este oleoduto é explorado por um consórcio internacional liderado pela Rússia e é a grande rota de exportação do bloco Kashagan, o maior do Cazaquistão e do conjunto da Ásia Central.



**Figura 1.** Oleodutos do Mar Cáspio  
 Fonte: United States Energy Information Administration, [www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Caspian/pdf.pdf](http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Caspian/pdf.pdf).

Nesta redescoberta da Eurásia, o Cazaquistão assume assim um lugar de destaque, não só pelas suas reservas internas avaliadas em 39.8 mil milhões de barris<sup>11</sup>, mas principalmente como ponto de passagem central nos oleodutos que seguem para o ocidente, através do Mar Negro, e para o oriente em direcção à China. Tendo em conta a competição pelo traçado dos oleodutos, uma das principais preocupações de vários Estados é desenvolver um sistema de transporte que não seja monopolizado pela Rússia. O primeiro passo foi dado com o oleoduto que se estende de Baku, no Azerbaijão, até Ceyhan, na Turquia, passando por Tbilisi, na Geórgia.

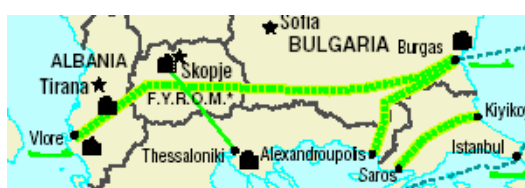
<sup>8</sup> A expressão «grande jogo» refere-se à competição que, entre 1839 e 1917, opôs a expansão russa e a expansão britânica na região da Ásia Central. De acordo com as teorias geopolíticas clássicas, esta oposição simboliza a disputa pelo poder mundial entre potências terrestres e potências marítimas. Actualmente, vários analistas têm debatido a hipótese de estarmos perante a emergência de um «novo grande jogo» onde actores como os EUA e a China, para além da Rússia, disputam a influência sobre a Ásia Central.

<sup>9</sup> United States Information Energy Administration (2007), “Caspian Sea”, *Country Analysis Briefs*, p. 3.

<sup>10</sup> British Petroleum, *op. cit.*, p. 8.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 6.

Em funcionamento desde 2006, este oleoduto é explorado por um consórcio internacional liderado pela BP, onde a estatal Rosneft e a Lukoil, a maior petrolífera privada da Rússia, não detêm qualquer participação. Para além de representar uma tentativa de autonomização em relação a Moscovo, este oleoduto permitirá escoar a produção do Cazaquistão, que carece actualmente de estruturas suficientes, e tem ainda a vantagem de evitar o estreito de Bósforo que é um dos pontos mais movimentados do mundo e de difícil navegação. Prevendo-se que o estreito de Bósforo não terá capacidade suficiente para escoar o futuro aumento da produção de petróleo na região do Mar Cáspio, a maioria das propostas de oleodutos actualmente em negociação procura alternativas que passam, por exemplo, por criar corredores de transporte através dos Balcãs. Para 2011 está já previsto o funcionamento de um oleoduto impulsionado pelos EUA que permite transportar o petróleo do Mar Cáspio através da Bulgária (porto de Burgas), da Macedónia e da Albânia (porto de Vlore).



**Figura 2.** Oleoduto Burgas-Vlore

Fonte: United States Energy Information Administration, [www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Caspian/pdf.pdf](http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Caspian/pdf.pdf).

Ainda na região da Ásia Central, para rentabilizar a produção dos blocos e garantir a sua exportação, os Estados terão de remodelar as suas infra-estruturas de exploração e transporte, promover a estabilidade política, com destaque para o Afeganistão, e resolver os contenciosos que ainda persistem, como é o caso do enclave Nagorno-Karabakh que opõe a Arménia ao Azerbaijão.

Para além da Rússia, outros actores têm contribuído para modificar os centros de produção e de consumo de petróleo. Na América latina, o Brasil registou um aumento produtivo de 1,4% entre 2006 e 2007 totalizando actualmente 1.8 mb/d. As recentes descobertas de novos reservatórios são importantes para a afirmação do Brasil como potência internacional e como principal competidor

da Venezuela, cuja produção tem vindo a diminuir desde 2005. Em 2007, a Venezuela produziu 2.6 mb/d<sup>12</sup>. Apesar da produção ter diminuído 7,2% em relação ao ano anterior, o volume das reservas tem vindo a aumentar e, em 2007, foram avaliadas em 87 mil milhões de barris<sup>13</sup>. A Venezuela, a par da região de Athabasca no Canadá, tem as maiores reservas mundiais de petróleo pesado. Tendo em conta a evolução do mercado petrolífero e a inovação tecnológica dos últimos anos, a exploração destes blocos começa a torna-se lucrativa e será certamente uma componente fundamental para a segurança energética das próximas décadas. Neste sentido, em Maio de 2007, a Venezuela nacionalizou os blocos petrolíferos da faixa de Orinoco que, a partir de então, passaram a ser explorados por consórcios empresariais em que a estatal Petróleos da Venezuela detém mais de 60%.

No pós-11 de Setembro assiste-se também a uma revalorização do continente africano, particularmente na costa ocidental e no sudoeste do Sudão. Na primeira região destaca-se o crude do Delta do Níger que, pelas suas características e localização, tem custos de extracção e transporte relativamente reduzidos em comparação com o Cáspio ou com o Golfo Pérsico. A Nigéria continua a ser o principal produtor africano com 2.36 mb/d, seguido da Argélia (2 mb/d), da Líbia (1.8 mb/d) e de Angola (1.7 mb/d)<sup>14</sup>. Em 2007 foram descobertas reservas de 3 mil milhões de barris no Gana, o que contribui para reforçar a importância estratégica da região e atrair a atenção das grandes potências internacionais, principalmente os EUA e a China. Por outro lado, o petróleo desempenha também um papel determinante na conflitualidade regional, como é o caso do enclave de Cabinda, e no agravamento da instabilidade interna, visto que em muitos Estados frágeis as receitas petrolíferas servem interesses pessoais e redes clientelares.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 8.

Na Nigéria, a disputa pelas receitas e o agravamento da desigualdade social têm levado ao roubo do petróleo através de perfurações nos oleodutos. No Sudão, as reservas de petróleo estão avaliadas em 6.6 mil milhões de barris<sup>15</sup> e a sua exploração tem estado principalmente a cargo da chinesa CNPC (China National Petroleum Corporation). Em 2007, 6% das importações de petróleo da China vieram do Sudão e Pequim continua a ser o maior investidor estrangeiro neste país, o que tem gerado uma forte crítica internacional devido à sua proximidade em relação ao governo de Cartum. Segundo o relatório *China's Thirst for Oil* publicado pelo International Crisis Group em Junho de 2008, durante a última década, a China investiu mais de 8 mil milhões de dólares no sector petrolífero do Sudão<sup>16</sup>.

Na verdade, a China tem uma política energética extraordinária, pois consegue transformar uma debilidade interna numa vantagem estratégica, alargando a sua presença a áreas que não estão na sua tradicional esfera de influência, como é o caso do continente africano. Para além de satisfazer a procura interna, os investimentos no sector petrolífero, particularmente ao nível das infra-estruturas, constituem uma porta de entrada para os produtos chineses e representam um dos principais instrumentos da política externa de Pequim.

A competição pelo acesso aos recursos manifesta-se igualmente no continente asiático, seja na zona central onde o



**Figura 3.** Oleoduto Taishet-Skovorodino-Nakhodka.

Fonte: United States Energy Information Administration, [www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Russia/pdf.pdf](http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Russia/pdf.pdf)

Cazaquistão representa uma importante fonte de petróleo e de contenção à ascensão russa, seja no extremo oriente onde a China e o Japão rivalizam pela delimitação do Mar do Sul da China e pela prioridade de projectos com a Rússia. Actualmente, o principal projecto em definição é o oleoduto que se estende da Sibéria oriental ao Oceano Pacífico. Com a consolidação da parceria estratégica em 2001, a Rússia e a China tinham inicialmente acordado traçar um oleoduto de Angarsk a Daqing. Porém, em Dezembro de 2004, a Rússia decidiu substituir este traçado por um outro que parte de Taishet e termina no porto de Nakhodka.

O Japão teve um papel fundamental nesta alteração oferecendo 7 mil milhões de dólares para a construção de um oleoduto que expõe os diferentes interesses geopolíticos de cada actor. Explorando a rivalidade histórica entre o Japão e a China, a Rússia conseguirá, através deste novo oleoduto, exportar para todo o mercado asiático e, possivelmente, alcançar até o mercado norte-americano. Para além disso, esta decisão de Moscovo espelha também o reforço do nacionalismo sobre o petróleo, visto que o novo oleoduto já não terminará na China, como estava previsto em Angarsk-Daqing, mas manter-se-á em território russo. A primeira parte do oleoduto começou a ser construída em 2006 e vai de Taishet a Skovorodino. Segundo a Transneft, que detém o monopólio das *pipelines* russas, estão já completos 2 266 km, prevendo-se que a segunda fase de construção se inicie em 2010, até à costa do Pacífico. Importa ainda salientar que em termos estratégicos este oleoduto será fundamental para aumentar a segurança energética da região, uma vez que evita o estreito de Malaca por onde passam actualmente a maioria das importações asiáticas. Quando ficar completo, será o maior oleoduto do mundo com 4 700 km e o mais caro com previsões iniciais a apontarem para os 12 mil milhões de dólares.

Para além de ser um recurso economicamente lucrativo, o petróleo é cada vez mais um instrumento de projecção de influência. Segundo Michael Klare, no actual cenário político, as reservas de fontes energéticas são factores determinantes no poder de um Estado e, conseqüentemente,

<sup>15</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>16</sup> International Crisis Group (2008), "China's Thirst for Oil", *Asia Report*, N°153, p. 23.

na organização do sistema internacional<sup>17</sup>. A ascensão de petro-Estados como a Rússia representa um desafio para a principal potência do sistema internacional e demonstra que a supremacia militar deixou de ser o único factor determinante do poder de um Estado. Em *Rising Powers, Shrinking Planet: the New Geopolitics of Energy*, Klare argumenta que a intensificação da disputa por recursos energéticos, associada a factores de tensão preexistentes, pode resvalar para uma forma de conflito mais violenta, especialmente se tivermos em conta a utilização de meios militares para garantir o acesso directo às zonas de recursos ou como moeda de troca em relação aos países produtores<sup>18</sup>. Para o autor, a futura cartografia dos conflitos será determinada pela localização e rotas de transporte de recursos naturais, cuja escassez poderá levar também à formação de «blocos energéticos» entre países produtores e consumidores<sup>19</sup>. Como exemplo desta sinergia energética Klare aponta a relação sino-russa, onde os fluxos de petróleo desempenham um papel fundamental. Todavia, esta mesma relação ilustra também que os blocos energéticos não são necessariamente construções unificadoras e estáveis. O caso do oleoduto que inicialmente terminava em Daqing e foi posteriormente alterado em direcção ao Pacífico comprova que, mesmo numa união centrada na cooperação energética, existem rivalidades latentes e interesses próprios que expressam diferentes objectivos geopolíticos.

O desenvolvimento de uma complexa rede de oleodutos traduz o reforço da interdependência energética entre as várias regiões do mundo. Tendo em conta que o petróleo se tornou uma prioridade nacional e que a independência energética é uma solução irrealista, a redução dos riscos associados à intensificação da competição passa fundamentalmente pela promoção da estabilidade e da segurança, principalmente em regiões onde existem disputas geopolíticas, como é o caso da Ásia Central, ou situações de

conflitualidade como as que se registam no continente africano. Por outro lado, para garantir a segurança energética, é igualmente importante reformar as instituições internacionais como a Agência Internacional de Energia de forma a incluir os novos actores do mercado energético como a Rússia, o Brasil, a China e a Índia e, a partir daí, construir um diálogo sustentado e transparente que estimule a confiança no mercado e o desenvolvimento de fontes e tecnologias alternativas ao petróleo. ■



Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais  
Largo de S. Sebastião, 8  
1600-762 Lisboa  
Telefone +351 21 030 67 00  
Fax +351 21 759 39 83  
Email [ieei@ieei.pt](mailto:ieei@ieei.pt)

## Para saber mais

**British Petroleum (2008), *Statistical Review of World Energy 2007*.**

[www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622](http://www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622)

**Correia, Pedro de Pezarat (2004), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol. II – Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*. Coimbra: Quarteto Editora.**

**International Crisis Group (2008), “China’s Thirst for Oil”, *Asia Report*, Nº 153, pp. 1-46.**

**Klare, Michael, (May/June 2001), “The New Geography of Conflict”, *Foreign Affairs*, Vol. 80, Nº 3, pp. 65-78.**

**Klare, Michael (2008), *Rising Powers, Shrinking Planet: the New Geopolitics of Energy*, New York: Metropolitan Books.**

**Morse, Edward & Richard, James (March/April 2002), “The Battle for Energy Dominance”, *Foreign Affairs*, Vol. 81, Nº 2, pp. 69-79.**

**United States Information Administration (2007), “Caspian Sea”, *Country Analysis Briefs*. [www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Caspian/pdf.pdf](http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Caspian/pdf.pdf).**

**Yergin, Daniel (2006), “Ensuring Energy Security”, *Foreign Affairs*, Vol. 85, Nº 2, pp. 69-82.**

<sup>17</sup> Klare, Michael (2008), *Rising Powers, Shrinking Planet: the New Geopolitics of Energy*, Nova Iorque: Metropolitan Books, pp. 9-10.

<sup>18</sup> Klare, Michael, *op. cit.*, pp. 13-15.

<sup>19</sup> Klare, Michael (May/June 2001), “The New Geography of Conflict”, *Foreign Affairs*, Vol. 80, Nº 3, pp. 65-78.